



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



Homologado em 17/05/2023, DODF nº 94 de 19/05/2023, pag. 20.

PARECER Nº 183/2023 – CEDF

Processo SEI-GDF: nº 00080- 00233433/2022-75

Interessado: **Renato de Jesus Costa**

Indefere o pleito de validação, em caráter excepcional, do percurso escolar de Renato de Jesus Costa, realizado na UNI - União Nacional de Instrução; e dá outra providência.

I – HISTÓRICO

O presente processo, autuado pela Diretoria de Supervisão Institucional e Normas de Ensino - Disine/Suplav/SEEDF, 20 de outubro de 2022, de interesse de **Renato de Jesus Costa**, versa sobre o pedido de Certificação de Conclusão do Curso Técnico de Transações Imobiliárias, eixo tecnológico Gestão e Negócios, mediante validação, em caráter excepcional, dos estudos realizados na UNI - União Nacional de Instrução, localizada na Quadra CSB, Área Especial 5/6, Setor B Sul, 1º Andar, Taguatinga - Distrito Federal, mantida pelo UNI - Centro de Ensino Unificado Ltda., inscrito no CNPJ sob o nº 04.735.333/0001-10, com sede no mesmo endereço.

II – ANÁLISE

O processo foi instruído e analisado pelas equipes técnicas da Diretoria de Supervisão Institucional e Normas de Ensino - Disine/Suplav/SEEDF e do Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, sob a égide e de acordo com o que determina a Resolução nº 2/2020-CEDF e demais normas vigentes.

Cabe registrar que a UNI - União Nacional de Instrução obteve seu último credenciamento para a oferta da modalidade Educação a Distância, por intermédio da Portaria nº 30/SEEDF, de 6 de março de 2015, tendo em vista o Parecer nº 34/2015-CEDF, até 31 de dezembro de 2019.

Durante esse período, a instituição educacional passou por procedimento de inspeção institucional, com a finalidade de apuração de irregularidades, em consideração ao recebimento de denúncias, reclamações e pedidos de informações relativos às atividades desenvolvidas na instituição, que culminou em determinações, consoante disposto no Parecer nº 243/2018-CEDF, com destaque para:

[...]

- d) determinar à Coordenação de Supervisão Institucional e Normas de Ensino – Cosie/Suplav/SEEDF a análise e publicação da conclusão de estudos somente para os alunos que tiverem comprovadas a correção e a fidedignidade do percurso escolar;
- e) determinar à Coordenação de Supervisão Normas e Informações de Sistema de Ensino – Cosie/Suplav/SEEDF que proceda inspeções regulares na instituição edu-



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



cacional, cujos relatórios devem fazer parte do processo de credenciamento a ser autuado em 2019;
[...]

Nessa esteira, quando da análise do pedido de credenciamento da UNI - União Nacional de Instrução, objeto do Processo nº 00080-00135684/2019-90, o Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF ao deliberar, consoante disposto no Parecer nº 51/2021-SEE/CEDF, de 11 de maio de 2021, indeferiu o pleito de credenciamento e determinou, dentre outras providências:

[...]

d) determinar à instituição educacional que apresente ao setor competente da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da publicação da portaria oriunda do presente parecer, a relação nominal dos estudantes concluintes, juntamente com a documentação que comprove o percurso escolar, para fins de publicação;

[...]

Contudo, a instituição não cumpriu com a determinação, realizando apenas a entrega do acervo escolar, a qual foi publicizada por meio do DODF, nos termos da Ordem de Serviço nº 307-Suplav/SEEDF, de 16 de dezembro de 2021, conforme transcrição, *in verbis*:

Art. 1º - Determinar, nos termos do art. 5º da Portaria nº 217, de 17/05/2021, o recolhimento do acervo escolar da UNI - União Nacional de Instrução, situada na Quadra CSB, Área Especial 05/06, Setor B Sul, 1º Andar, Taguatinga/DF, mantida por UNI - Centro de Ensino Unificado Ltda., CNPJ nº 04.735.333/0001-10, com sede no mesmo endereço, pela Gerência de Documentação e Acervo Escolar, da Secretaria de Estado de Educação do DF.

Art. 2º - Informar que a UNI - União Nacional de Instrução, cujo pleito de Credenciamento foi indeferido por meio do Parecer nº 51/2021-CEDF, não cumpriu com o disposto no art. 4º da Portaria nº 217, de 17/05/2021, e, portanto, não apresentou na Secretaria de Estado de Educação do DF a relação nominal dos estudantes concluintes, juntamente com a documentação que comprovasse o percurso escolar, para fins de publicação.

A Resolução nº 2/2020- CEDF estabelece que o direito à oferta do ensino pela iniciativa privada está condicionado ao cumprimento das leis, normas e diretrizes da educação nacional e do Distrito Federal, assim como está sujeito à avaliação da qualidade do ensino pelo poder público.

Resta claro que a equipe gestora da UNI - União Nacional de Instrução agiu inadvertidamente ao descumprir o regramento estabelecido para o sistema de ensino do Distrito Federal, especificamente, o que dispõe os artigos 179 e 180, da Resolução nº 2/2020- CEDF, *in verbis*:

Art. 179. Os documentos escolares devem ser guardados em condições de segurança, classificados e ordenados, de modo que ofereçam facilidade de localização e acesso.

Art. 180. O registro, a expedição e a guarda dos documentos escolares são de exclusiva responsabilidade da instituição educacional e de sua mantenedora, em conformidade com as normas legais.

§ 1º Os documentos da secretaria escolar podem ser armazenados em formato físico ou em formato digital protegido, desde que resguardada a verificação do percurso escolar dos estudantes a qualquer tempo, de acordo com a legislação vigente.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



§ 2º São registros obrigatórios a matrícula, a frequência e a avaliação, a partir dos quais são gerados os documentos que atestam os estudos realizados.
[...]

Convém ressaltar que a equipe técnica da Diretoria de Supervisão Institucional e Normas de Ensino esclareceu no Memorando nº 135/2022 - SEE/SUPLAV/UNIS/DISINE/GEDAE, de 6 de outubro de 2022, que, em relação ao aluno em pauta, foi efetuada a pesquisa, no acervo escolar, do dossiê do estudante, no qual foram verificados os seguintes documentos:

- a) Requerimento de Matrícula de Renato de Jesus Costa, assinado e datado somente pelo estudante, datado de 28 de outubro de 2016, 97269574;
 - b) cópias da identificação do estudante: Carteira de Identificação - SSP/DF, Título de Eleitor, comprovante de residência, CNH, 97269574;
 - c) Documentos do Estágio, 97269574:
 - Ficha de Encaminhamento do Estágio, sem data e assinatura;
 - Termo de Compromisso de Estágio, datado de 10/05/2016, assinado pelo estudante e agente da empresa de estágio;
 - Ficha de Avaliação e Acompanhamento do Estágio, datada de 10 de maio de 2016, assinado pelo estudante e agente da empresa de estágio;
 - Declaração de conclusão do estágio, assinada e carimbada pela Fibra Imóveis, datada de 10 de maio de 2016;
 - Ficha de Frequência de Estágio Módulo I e II, início 21 de março de 2016 e término em 10 de maio de 2016;
 - d) Histórico Escolar de conclusão do Ensino Médio - Educação de Jovens e Adultos EJA-EAD, assinado e carimbado pelo diretor pedagógico, Robson Rocha do Nascimento, e datado em 1 de março de 2019, 97269574.
- Cumpre-nos destacar que a data de conclusão do Estágio Curricular Pedagógico relativo ao curso em nível médio de Técnico em Transações Imobiliárias é anterior a data do Requerimento de Matrícula, ou seja, as datas são incompatíveis, pois demonstram que o estudante iniciou e finalizou seu estágio antes de se matricular no curso em epígrafe. (g.n.)**

Do citado memorando, cabe transcrever o seguinte registro, *in verbis*:

- 5 - Após criteriosa consulta, não foi localizada publicação no sistema, como concluinte do Ensino Médio, em favor do estudante no Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF, link: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj> que é uma ferramenta pela qual pode ser consultado qualquer documento no qual constem dados de publicação no Diário Oficial do DF, como no caso dos estudantes concluintes do Ensino Médio e Educação Profissional, cujos dados estão disponíveis para consulta a contar de dezembro de 1991.
- 6 - A publicação em Diário Oficial do DF da relação de concluintes de curso, cuja lista é enviada por todas as instituições educacionais integrantes do Sistema de Ensino do DF, pressupõe o atendimento dos seguintes requisitos:
- * Cumprimento das disposições legais - quanto ao funcionamento da Instituição Educacional - IE e quanto à regularidade na vida escolar dos seus estudantes, tendo em vista que o registro, a expedição e a guarda dos documentos escolares são de exclusiva responsabilidade da instituição educacional e de sua mantenedora, em conformidade com as normas legais; e
 - * Cumprimento do disposto na Portaria nº 48, de 10 de abril de 2015-SEEDF – que é um ato normativo exarado pela SEEDF que estabelece normas para registro de diplomas e certificados e determina que as instituições educacionais apresentem à SEEDF, após os devidos registros, a relação nominal dos estudantes, os quais cada instituição informa como concluinte de curso. Após a SEEDF realizar o devido exame dos registros escolares referentes à conclusão de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



curso desses alunos, o órgão encaminha seus nomes para publicação em Diário Oficial do DF e, somente assim, as instituições se tornam aptas a emitir a certificado ou diploma de conclusão de curso, nos prazos estabelecidos na referida portaria. (g.n.)

Após a análise dos documentos escolares pertinentes ao pedido de validação e, conseqüente conclusão do Ensino Médio por parte da equipe técnica da Disine, o presente processo foi encaminhado a este Conselho de Educação pela Diretoria de Supervisão e Normas de Ensino - Disine/Suplav/SEEDF, esclarecendo que ao setor competente cabe “averiguar o percurso escolar dos alunos de uma IE e, quando não for comprovada a conclusão dos estudos, tal situação não permitirá que o nome destes sejam publicados em DODF até a ampla verificação da vida escolar e posterior comprovação do respectivo percurso escolar dos discentes.”

Registra-se que a Diretoria de Supervisão Institucional e Normas de Ensino - Disine/Suplav/SEEDF é o setor responsável pela guarda e manutenção do acervo escolar de instituição educacional extinta e detém competência para a emissão de certidão de escolaridade, a qual pode substituir histórico, diploma e certificado de conclusão de curso, expedidos por instituição educacional extinta, consoante dispõe a Portaria nº 510/2002 – SEEDF.

Todavia, no caso em tela, a Diretoria de Supervisão Institucional e Normas de Ensino - Disine/Suplav/SEEDF assevera que os casos omissos, as situações excepcionais, as situações que envolvam irregularidades de instituições educacionais e as situações que necessitem de validação dos estudos realizados pelo estudante, dentre outros, necessitam da análise e deliberação do Conselho de Educação do DF.

É fato que este Conselho de Educação tem se debruçado sobre diversos pedidos de validação de estudos realizados na referida instituição educacional, dando deferimento quando há o mínimo de lastro probatório de efetivo percurso escolar, sempre no sentido de não prejudicar os estudantes pelas irregularidades perpetradas pela instituição. Contudo, no caso *in lid*, não constam dos autos o mínimo lastro probatório que garanta que o estudante tenha realizado e concluído seus estudos.

Sendo assim, diante da legislação vigente, das irregularidades verificadas em relação à instituição e, ainda, da falta do mínimo lastro probatório de conclusão dos estudos, o indeferimento do pleito de validação do percurso escolar do interessado, quanto à Certificação de Conclusão do Ensino Médio, modalidade Educação de Jovens e Adultos-EJA-EAD, é medida que se impõe.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto e tendo em vista os elementos de instrução do processo, o parecer é por:

- a) indeferir o pleito de validação de percurso escolar, em caráter excepcional, de **Renato de Jesus Costa**, quanto à Certificação de Conclusão do Curso Técnico de Transações Imobiliárias, eixo tecnológico Gestão e Negócios, realizado na UNI - União Nacional de Instrução, localizada na Quadra CSB, Área Especial 5/6, Setor B Sul, 1º Andar, Taguatinga - Distrito Federal, mantida pelo UNI -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



Centro de Ensino Unificado Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.735.333/0001-10, com sede no mesmo endereço;

b) advertir a mantenedora UNI - Centro de Ensino Unificado Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.735.333/0001-10, quanto ao descumprimento das normas estabelecidas para o sistema de ensino do Distrito Federal.

É o parecer.

Sala “Helena Reis” CEDF, Brasília, 9 de maio de 2023.

ALEXANDRE RODRIGO VELOSO
Conselheiro-Relator

Aprovado na CLN
em 9/5/2023

MARCOS FRANCISCO MOURÃO
Presidente da Câmara de Legislação e Normas
do Conselho de Educação do Distrito Federal